

## PRÁTICAS AMBIENTAIS PARA A MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DO ECOTURISMO: INFORMAÇÕES DE GESTORES DE AGÊNCIAS DE VIAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Recebido em 28/05/2012

Aprovado em 23/10/2012

Álvaro Luis de Melo Machado\*  
Suzana Maria De Conto\*\*

\* Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenador do Curso de Turismo das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/Porto Alegre – RS. [alvaromm@faccat.br](mailto:alvaromm@faccat.br).

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia e no Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. [smcmande@ucs.br](mailto:smcmande@ucs.br).

### RESUMO:

O ecoturismo ao utilizar equipamentos de transporte, hospedagem e alimentação e promover deslocamentos no interior de áreas naturais, consome energia, água e demais recursos; gera resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos, causando impactos com diferentes graus de intensidade. Assim, é notória a responsabilidade dos agentes de turismo em relação às práticas que privilegie o desenvolvimento ambiental, social e econômico dos destinos turísticos. Portanto, cabem os questionamentos: a dimensão ambiental é contemplada pelos agentes de viagem no planejamento, na implantação e na comercialização de um pacote ecoturístico? Que práticas ambientais são desenvolvidas e avaliadas pelos gestores de agências na definição dos destinos ecoturísticos? O estudo visa analisar as informações de gestores de agências de turismo em relação ao compromisso ambiental das mesmas na minimização de impactos ambientais decorrentes das atividades ecoturísticas. Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, sendo aplicados questionários a 20 gestores de agências de ecoturismo do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos com a pesquisa permitem concluir que, em geral, as práticas ambientais não são consideradas critérios para a seleção dos destinos de ecoturismo e que as mesmas não estão presentes, em sua totalidade na formatação e comercialização dos pacotes de ecoturismo.

### PALAVRAS-CHAVES:

Ecoturismo. Impactos ambientais. Agentes de turismo. Agências de Viagem. Compromisso ambiental.

### ABSTRACT:

By using transport, hotels and consuming meals while promoting displacements within natural areas, ecotourism consumes energy, water and other resources; generates solid waste, air emissions and liquid effluents, causing impacts with different degrees of intensity. Therefore it is clear the responsibility of tourism actors in relation to practices that promote environmental, social and economic development of tourist destinations. According to this, the following questions are pertinent: is the environmental dimension taken into account by managers of tourism agencies in the planning, implementation and commercialization of an ecotourism package? What types of environmental practices are developed and evaluated by managers of agencies in the definition of ecotourism destinations? This study aims to analyze information provided by managers of tourism

agencies regarding their environmental commitments in minimizing the environmental impacts caused by ecotourism activities. For this an exploratory research was undertaken based on the application of questionnaires to 20 managers of ecotourism agencies of the Rio Grande do Sul state. The results show that environmental practices are not considered neither as criteria for selection of ecotourism destinations nor in the design and commercialization of ecotourism packages.

**KEY WORDS:**

Ecotourism. Environmental Impacts. Tourism actors. Travel Agencies. Environmental commitment.

## **1. INTRODUÇÃO**

Ao analisar ações que busquem incentivar a prática ecoturística, é importante entender que um produto de turismo, mesmo com características sustentáveis, como se imagina uma operação de ecoturismo, exige consumo de energia, de água e demais recursos; gera resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos, podendo causar impactos com diferentes graus de intensidade. Além disso, o ecoturismo necessita, em sua operação, envolvimento de seus agentes em práticas que privilegiem o desenvolvimento ambiental, social e econômico sustentável dos destinos.

Tais desafios são dependentes de corretas práticas ambientais, entendidas como os elementos ligados à sensibilização ambiental dos atores envolvidos no planejamento e execução do turismo e, ao desenvolvimento de programas de educação ambiental, como ferramenta de compreensão dos processos ambientais locais; às práticas de minimização de impactos negativos; à busca por soluções que minimizem o uso de energia e de água; à minimização da geração de resíduos; às ações que possibilitem um produto turístico sustentável, em sua relação com os gestores municipais, os agentes de viagem, as comunidades interessadas, os turistas, entre outros.

Tais questões estão presentes nas políticas públicas determinadas pelo Ministério do Meio Ambiente, uma vez que o ecoturismo constitui um importante setor da economia envolvida na prática do turismo, entendendo que “por ser o ambiente natural a principal base de recursos para o seu desenvolvimento, o turismo também está intrinsecamente relacionado às questões ambientais”. (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, é importante questionar sobre o papel do agente de viagem na busca de atividades menos impactantes nos destinos ecoturísticos e na relação dos turistas com os recursos naturais. Também, é possível derivar outras perguntas: Que critérios ambientais são utilizados para planejar, implantar e vender um produto de ecoturismo? Que práticas ambientais apresentam os destinos ecoturísticos? O presente estudo visa analisar as informações de gestores de agências de turismo do Rio Grande do Sul, em relação ao compromisso ambiental das mesmas na minimização de impactos ambientais decorrentes das atividades ecoturísticas.

## **2. O CARÁTER SUSTENTÁVEL DO ECOTURISMO**

O ecoturismo é visto por Boo (1999, p.33) como “uma forma de conhecer e apreciar o meio ambiente natural” entendendo ser importante “procurar os pontos em comum entre o ecoturismo, a conservação e o desenvolvimento” (BOO, 1999, p. 34). Cabe ressaltar que a proposta de conhecer e apreciar o ambiente natural irá identificar como uma das características do ecoturismo a possibilidade de ação direcionada a suprir tal necessidade, o que deverá ser realizado utilizando práticas ambientais adequadas.

Para Rudzewick (2006, p. 16), o ecoturismo pode ser definido como “uma modalidade de turismo com a proposta de integrar os princípios da sustentabilidade em todas as suas instâncias (ecológica, econômica e sociocultural)”.

Já para Swarbrooke (2000, p. 26) "o ecoturismo talvez não seja, por natureza, mais sustentável que outras formas de turismo". Talvez, a natureza sustentável do ecoturismo somente esteja presente quando diretamente associada à motivação, tanto do turista que busca a natureza para satisfazer suas necessidades de educação e consciência ambiental, quanto dos gestores da atividade que buscam transformar em conduta o conhecimento de seus princípios.

A relação do desenvolvimento sustentável com o turismo é vista por Câmara (2006, p. 3) como “uma estratégia competitiva válida para se buscar a integração entre o uso turístico, preservação do ambiente e melhoria das condições de vida de uma localidade, de uma região ou mesmo de um país”.

Para Budeanu (2005) o turismo desenvolvido em pequena escala, como o ecoturismo, “é entendido como mais responsável e benéfico, estando mais apto a incorporar os princípios de sustentabilidade” (p. 92).

Um dos conceitos que busca identificar os princípios do ecoturismo diz respeito à proposta de um turismo alternativo. Ao relacionar ecoturismo como uma forma alternativa de turismo é importante questionar a que o ecoturismo se apresenta como alternativo. Assim, pode-se questionar se o ecoturismo seria uma alternativa ao turismo de massa, ao turismo de natureza ou mesmo ao turismo sustentável.

Para Hintze (2009) o ecoturismo é considerado uma forma de turismo alternativo ao turismo de massa, podendo ser considerado como um turismo de baixo impacto, já que deve “tentar minimizar o impacto ambiental e sociocultural negativo dos turistas” (p.59).

Pires (2002) indica a introdução do componente educacional do ecoturismo como o principal foco do caráter alternativo desse em relação ao turismo convencional. Dessa forma, o ecoturismo deve proporcionar “experiências participativas e esclarecedoras que incentivam uma educação de todas as partes, tanto comunidades locais e o governo, como as organizações não-governamentais, a indústria e os turistas [...]”. (HINTZE, 2009, p.61).

Ainda em relação ao caráter alternativo do ecoturismo, Hintze (2009) indica que se espera do ecoturista uma postura diferente do turista convencional. O autor salienta sobre a necessidade de uma ética ambiental por parte do ecoturista, desejo de não degradar o ambiente visitado, intenção de beneficiar o ambiente natural, expectativa de educação e apreciação e, a busca em minimizar os impactos decorrentes de sua visita, procurando adaptar-se ao meio ambiente.

### **3. ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO ECOTURISMO**

Em um projeto de ecoturismo é importante saber até quando é possível utilizar uma área natural para o desenvolvimento da atividade. A resposta varia de acordo com as características de cada local e o que se espera desse uso. Porém, a utilização dessa área implica o entendimento de alguns conceitos indispensáveis, que garantirão qualidade e responsabilidade ao projeto.

Sendo o turismo uma atividade que causa impacto, é necessário entender a responsabilidade de seus gestores quanto ao uso adequado do patrimônio natural. Por impacto ambiental entende-se, de acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II – as atividades sociais e econômicas;
- III – a biota;
- IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V – a qualidade dos recursos ambientais. (BRASIL, 1986).

Para Pires (2006, p. 12), “o turismo exerce impactos sobre o ambiente por ser um grande consumidor de combustíveis, eletricidade, alimentos e outros recursos da água e da terra, gerando significativas quantidades de lixo e de emissões neste mesmo ambiente”.

Para Vieira Filho, Duarte e Souza (2006, p. 5), os impactos do turismo podem ser sentidos de variadas formas. Ao analisar os impactos ambientais do turismo, os autores indicam que a atividade turística pode impactar o ambiente pela construção mal planejada, falta de saneamento, poluição das águas, do solo e do ar, pela disposição inadequada de resíduos sólidos e esgoto, pela erosão e desmatamentos. Por outro lado, indicam que, devido à importância do meio ambiente na atratividade da localidade, o turismo pode levar ao aumento da consciência ambiental e à conservação e melhoria do destino turístico.

A minimização de impactos e a busca da conservação local são possíveis ao pensar o ecoturismo como viagem que deve ocorrer com grupos reduzidos de turistas. De acordo com Wearing e Neil (2001, p. 10) "para provocar mínimo impacto, é necessário que as eco-excursões operem em pequena escala". Cabe ressaltar, que além de programas com grupos reduzidos, a incorporação de práticas ambientais corretas é um importante aspecto da sustentabilidade esperada do ecoturismo.

Tais conceitos também estão presentes no pensamento de Pires (2005) ao identificar a operação do ecoturismo voltada ao atendimento de grupos pequenos, utilizando meios de hospedagem com número reduzido de leitos e com foco no atendimento personalizado realizado por empresas de pequeno e médio porte. Esse tipo de operação pode ser mais bem entendido ao identificar-se o ecoturismo como:

uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa busca uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela (PIRES, 2005, p.484).

O mercado turístico é, portanto, caracterizado por atividades econômicas decorrentes do planejamento, da intermediação e distribuição do produto turístico ao consumidor final. Como o turismo necessita de deslocamento, envolve a “prestação de um significativo conjunto de serviços turísticos de diversos produtores” (REJOWSKI; PERUSSI, 2008, p. 3), entre eles os gestores municipais do turismo, os agentes de viagem, os gestores de áreas naturais e os demais segmentos relacionados à prática turística.

Tal realidade se aplica diretamente aos resultados buscados na organização do produto ecoturístico exigindo dos envolvidos no processo, uma nova postura na captação de clientes e na organização dos destinos de ecoturismo, bem como ações definidas para “[...] atrair a atenção de novos turistas e reter os atuais clientes, pela inovação de suas propostas”. (VALDÉZ, 2003, p. 6).

Sobre tal questão, De Conto (2007) salienta que “não é possível conceber atividades turísticas em municípios que não estejam preparados para evitar, ou minimizar os impactos ambientais negativos decorrentes dessas atividades”. Tal questão, assim, assume grande importância quando é analisada a estrutura turística de municípios que detêm atratividade para o ecoturismo e a formatação de produtos e atividades realizadas pelos gestores locais.

Cabe salientar que o turismo, sendo uma atividade humana, estará influenciado pelas atitudes e comportamentos aprendidos, assimilados e executados pelos sujeitos envolvidos em seu planejamento e execução e serão tais atitudes que poderão, ou não, proporcionar uma modalidade sustentável de uso do ambiente natural pelo turismo. Tal análise é necessária na organização do produto ecoturístico, uma vez que, ao causar impacto elevado no ambiente natural, a atividade poderá ser prejudicada, já que, ao alterar as características naturais do destino, poderá haver uma perda significativa de interesse dos turistas, refletindo-se negativamente no destino.

O planejamento do turismo e seu constante monitoramento devem ser uma preocupação cotidiana para todos os profissionais interessados em seu desenvolvimento sustentável, incluindo os gestores

de agências de viagem, uma vez que, reforçando o pensamento de Sonaglio (2006), Seabra (2003, p. 101) afirma que “a história do turismo, no mundo e no Brasil, é carregada de episódios que evidenciam o desgaste de muitas áreas de atrativos turísticos”.

A atividade turística, assim, deve estar atenta aos impactos originados quando da visitação, buscando meios de minimizá-los, seja no cuidado com o ambiente, com os visitantes ou com a comunidade local.

#### **4. MÉTODO DE COLETA DE DADOS**

A pesquisa realizada pode ser classificada como descritiva, onde procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis. Para a coleta de dados foi empregado como instrumento de pesquisa o questionário, composto por perguntas fechadas de escolha simples e abertas.

Como critério de seleção das agências de turismo, foram selecionadas somente as agências que simultaneamente estivessem cadastradas no Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do turismo (CADASTUR, 2010) e na relação das agências de Ecoturismo e Turismo de Aventura da Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul, no ano de 2010. Em pesquisa realizada no cadastro eletrônico de agências de ecoturismo e turismo de aventura, disponível na divisão de planejamento, foi encontrado um universo de apenas 46 agências que vendem produtos de ecoturismo no estado do Rio Grande do Sul. Das 46 agências de turismo que comercializam o ecoturismo e que estão cadastradas no estado, apenas 23 fazem parte do Cadastur, limitando o universo pesquisado às agências que atendiam tais características.

Para validação do instrumento de pesquisa foram realizados três pré-testes, por meio eletrônico, com três gestores de agências que não fizeram parte da pesquisa. O questionário validado foi enviado por meio eletrônico para 20 agências de turismo (correspondendo a 86,9% do total de agências selecionadas), uma vez que três gestores de três agências não desejaram participar da pesquisa. As perguntas foram direcionadas aos gestores das agências e estavam relacionadas principalmente a visão do gestor sobre a gestão ambiental do município turístico, educação ambiental, compromisso ambiental da agência e dos destinos, programas de coleta seletiva de resíduos sólidos, programas de controle do uso da água, programas de diminuição no consumo de energia elétrica, ações para minimização de impactos, entre outras.

## 5. INFORMAÇÕES DE GESTORES DE AGÊNCIAS DE ECOTURISMO DO RIO GRANDE DO SUL

Com relação ao desenvolvimento de programas ou práticas de Educação Ambiental nos destinos ecoturísticos como critério para a comercialização dos mesmos, 55% dos sujeitos indicam que a educação ambiental é um dos critérios para selecionar os destinos a serem comercializados. No entanto 40% dos gestores indicam não ser esse um dos critérios e 5% responderam que nunca pensaram no assunto. Tais respostas merecem uma análise cuidadosa, uma vez que a educação ambiental é um dos pontos principais que compõem a caracterização do ecoturismo, como segmento sustentável.

Sobre tal aspecto, Botelho (2007, p. 68) afirma que a educação ambiental “incita a ideia de que a viagem turística deve partir para uma prática participativa (ativa), um maior envolvimento do viajante com o lugar visitado”. De Conto e Posser (2005) indicam que “hóspedes que se envolvem com ações ambientais em suas atividades apresentam maior interesse na participação e colaboração nos programas ambientais desenvolvidos no destino turístico”.

Sobre a conscientização das populações visitadas, é interessante observar a afirmação de Behling (2007) que, em sua pesquisa com moradores da APA da Lagoa Verde em Rio Grande – RS, indica que os moradores da área entendem ser importante que as ações de educação ambiental sejam realizadas não somente com eles, mas também com as pessoas que acabam usufruindo do local, já que muitas vezes praticam ações que agredem a natureza.

A expressão *educação ambiental* é definida na Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795, de 1999 (BRASIL, 1999) como

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, sendo visto como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

Cabe destacar que, independentemente da forma de educação (formal ou não formal), é importante



no planejamento do turismo ter presentes os objetivos fundamentais da educação ambiental, conforme apresentado na Política Nacional de Educação Ambiental.

I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II – a garantia de democratização das informações ambientais;

III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999).

Ainda, na referida lei, em seu art. 3º, é declarado que todos têm direito à educação ambiental, incumbindo ao poder público e privado incorporar em suas políticas a dimensão ambiental, promovendo a educação ambiental. Pela análise da Política é possível constatar que todos os segmentos da sociedade precisam conhecer de fato a Política de Educação Ambiental e assumir seu papel no cumprimento da mesma. Isso diz respeito também aos produtos turísticos, especialmente aos produtos e programas de ecoturismo e aos gestores de agências de turismo, que vendem produtos ecoturísticos.

Assim, é importante e oportuno questionar qual o entendimento dos agentes de viagem de ecoturismo sobre programas ou práticas de educação ambiental, uma vez que deve ser vista como uma prática efetiva do turismo sustentável, que busca construir uma nova atitude na medida em que educa o cidadão mediante programas e projetos exequíveis. Nesses programas são envolvidos todos os atores do processo turístico, formando agentes capazes de interferir positivamente no ambiente natural e social.

A partir das informações dos sujeitos relacionadas à apresentação de informações sobre o compromisso ambiental da agência e dos destinos comercializados nos meios de divulgação dos pacotes ecoturísticos, apenas 25% dos sujeitos indicam haver tal inclusão nos meios de divulgação, 35% das indicações estão relacionadas a não inclusão do compromisso ambiental na divulgação e em 35% das indicações tais informações estão presentes apenas às vezes. Cabe destacar que as agências têm um papel importante na manutenção dos pacotes comercializados, necessitando

demonstrar o seu compromisso ambiental com o turista e com o município que abriga a atividade ecoturística.

A divulgação de pacotes turísticos é uma etapa importante na determinação de sucesso de um destino turístico, já que “toda a questão da comunicação sobre o local de destino é apontada pela literatura como fator importante na formação de sua imagem”. (PÉREZ-NEBRA, 2005, p. 107).

A informação ambiental, independente do meio de divulgação, precisa ser socializada aos ecoturistas, propiciando que os mesmos tenham a opção ambientalmente correta no momento de planejarem e definirem seus destinos turísticos. Tal questão é constatada pela pesquisa sobre o perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil (ABETA, 2010, p. 89) ao afirmar que, além do preço justo, “ações concretas dos destinos em relação ao meio ambiente são também determinantes na percepção do turista de aventura e ecoturista”.

Quanto à existência de programas de coleta seletiva de resíduos sólidos nos destinos ecoturísticos que são comercializados pelas agências, apenas 20% dos gestores indicam haver coleta seletiva de resíduos sólidos nos destinos de ecoturismo comercializados pela agência, 10% indicam não haver tal sistema e 20% responderam nunca haver observado essa situação no município que comercializa seus pacotes. A indicação de 50% dos sujeitos, de que a coleta seletiva de resíduos sólidos, ocorre “em apenas alguns destinos”, comprova a necessidade da análise de tais dados em destinos de ecoturismo.

Tais questões são importantes de serem assimiladas pelos gestores de agências de turismo, já que “a gestão integrada de resíduos sólidos surge como uma alternativa que deveria ser imperativa nos destinos turísticos que almejem estar em consonância com as premissas e manutenção do turismo sustentável”. (ÁLVARES, 2010, p. 62). É importante evidenciar que a coleta seletiva de resíduos sólidos é apenas uma das etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de um município, necessitando a contemplação de destino ambientalmente correto desses resíduos (reciclagem, compostagem, entre outras técnicas de tratamento) e disposição final dos rejeitos. Assim, os destinos ecoturísticos necessitam de planos de gerenciamento de resíduos sólidos, cumprindo com suas obrigações em relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

O gerenciamento de resíduos sólidos compreende:

O conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coletas, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei. (BRASIL, 2010).

É importante destacar que no planejamento de um produto turístico a geração e destino dos resíduos sólidos devem ser contemplados nos municípios ecoturísticos, sendo uma responsabilidade de todos os envolvidos no processo turístico. É importante evidenciar que os gestores de agências ao comercializarem os destinos, estão comercializando todas as situações de saneamento básico, incluindo os serviços relacionados a resíduos sólidos, água, esgoto e drenagem urbana. Assim, fica evidenciada a responsabilidade ambiental das agências (responsabilidade solidária) sobre os destinos turísticos comercializados.

Sobre a existência de programas de controle sobre o uso de água nos destinos ecoturísticos, 40% dos sujeitos afirmam não haver um programa de controle sobre o uso de água nos destinos comercializados, enquanto apenas 5% indicam haver tal programa, 15% indicam que apenas alguns destinos apresentam tal controle e 10% não responderam a pergunta. Cabe destacar que 30% dos gestores informam nunca ter observado tal situação como um fator de promoção do destino.

Relacionar o uso da água com a atividade turística é importante, já que, além do abastecimento da população e dos visitantes, assume importância quanto aos múltiplos usos que possibilita: recreação, esporte e contemplação. Parece importante identificar ações que possibilitem o uso correto dos mananciais de água, como produto inserido em um programa turístico e, especialmente, em programas de ecoturismo, buscando seu uso racional, tanto pela comunidade local como pelos turistas.

Como indicações para um adequado uso das águas pelo turismo, González (2004) sugere como parâmetros básicos:

- luta constante contra contaminação das águas (subterrâneas e superficiais);
- prioridade na defesa do domínio público das águas;
- ordenação dos recursos hídricos com planos de gestão de uso;
- conscientização e valorização da importância dos recursos hídricos turísticos; entendimento da água como patrimônio natural e cultural. (p.253).

Quanto à existência de programas de redução do consumo de energia elétrica nos destinos ecoturísticos que são comercializados pelas agências, 45% dos sujeitos indicaram não haver um programa de redução de consumo de energia elétrica nos destinos comercializados. Para 35% dos sujeitos, tal programa ocorre em apenas alguns destinos. Já 20% indicaram que tais programas nunca foram observados, e nenhum sujeito respondeu que tais programas estejam inseridos nos destinos comercializados pela agência.

Cabe questionar: Como um produto que é vendido como sustentável pode desconsiderar o controle do consumo de energia elétrica em seus destinos? Cabe destacar que a questão energética é preocupante no mundo atual, decorrente do crescimento acelerado da população e da produção de bens de consumo. Com relação a tal questão, Bonilla e De Conto (2003) indicam, para um ecoalojamento, o uso do biogás, obtido de um reator anaeróbico, como alternativa energética para uso no fogão.

Com relação ao consumo de energia em destinos ecoturísticos são importantes as contribuições da NBR 15401 (ABNT, 2006) ao focar critérios de eficiência energética nos meios de hospedagem, no sentido de minimizar o consumo de energia sem alteração da qualidade dos serviços e do conforto térmico: 1) O empreendimento deve controlar e registrar o consumo de energia (em quilowatts por hóspede/noite) de fontes externas e de fontes próprias renováveis e não renováveis; 2) O empreendimento deve estabelecer metas de consumo, considerando a demanda, o seu desempenho histórico e o levantamento de referências regionais de consumo em estabelecimentos de mesmo padrão; 3) As metas de consumo devem considerar o "consumo fixo" e o "consumo variável"; 4) O empreendimento deve ter implementado um procedimento para assegurar que as luzes e equipamentos elétricos permaneçam ligados apenas quando necessário; 5) Os procedimentos de aquisição de equipamentos e insumos que consomem energia (como lâmpadas, equipamentos de refrigeração, geladeiras e frigoríficos, fogões, aquecedores, lavadoras de roupa, etc.) devem incluir como critério sua eficiência energética e a possibilidade do uso de fontes de energia alternativas; 6) A arquitetura das construções deve utilizar as técnicas para maximizar a eficiência energética; 7) O empreendimento deve planejar e implementar medidas para reduzir o consumo de energia dos meios de transporte próprios e utilizados nas suas atividades e 8) O empreendimento deve informar aos clientes o seu comprometimento com a economia da energia e encorajar o seu envolvimento.

Assim, também os impactos ambientais decorrentes da geração e uso de energia necessitam ser contabilizados pelas agências de turismo ao definirem os destinos turísticos, internalizando a eficiência energética como critério de planejamento.

É importante destacar que os gestores, ao serem questionados sobre ações de redução de impactos nos destinos ecoturísticos, os mesmos se limitam a apontar sobre a sensibilização para a responsabilidade ambiental; a coleta de resíduos sólidos nas trilhas; o envolvimento em campanhas ecológicas municipais, como recolhimento de pilhas, preservação de nascentes, retirada de espécies exóticas e ao controle no número de passageiros.

## **6. CONCLUSÃO**

O planejamento do turismo e seu constante monitoramento devem ser uma preocupação cotidiana de todos os profissionais interessados em seu desenvolvimento sustentável. Quando concebido, planejado e operacionalizado de forma a internalizar a dimensão ambiental, o turismo colabora com a diminuição dos impactos ambientais nos destinos, propiciando a manutenção da atividade.

Cabe, assim, como sugestão aos gestores públicos e aos gestores de agências de ecoturismo, implantar medidas para mitigar impactos oriundos da atividade turística, como por exemplo: conceber atividades ecoturísticas em destinos que apresentam serviços de saneamento básico (água potável, gerenciamento de resíduos sólidos, coleta e tratamento de esgoto e sistema de drenagem urbana); conceber atividades turísticas que evitem, ou minimizem, os impactos ambientais negativos; formatar produtos de baixo impacto ambiental; monitorar constantemente os impactos gerados pela atividade turística; ser um aliado nas práticas sustentáveis e menos impactantes; organizar produtos que possibilitem, além da minimização de impactos ambientais, a promoção social da comunidade envolvida; sensibilizar os colaboradores da agência de turismo para a responsabilidade ambiental; participar de campanhas ecológicas municipais e, formatar produtos que tenham controle sobre o número de passageiros.

Com relação à academia é importante e necessário o desenvolvimento de estudos dessa natureza, preenchendo lacunas teóricas sobre responsabilidade socioambiental de agências de viagens. Os dados da pesquisa apontam para uma análise, reflexão e mudança de condutas que os agentes

responsáveis pelas agências de viagem devem desenvolver em relação ao planejamento, formatação e comercialização de destinos ecoturísticos.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Priscila. **Lixo turístico e a importância da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para um turismo sustentável: o caso de Caldas Novas, Goiás.** 2010. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília: Brasília, 2010. Disponível em: [http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=229246&url=http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=6669](http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=229246&url=http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6669)>. Acesso em: 14 fev. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15401: Meios de hospedagem – sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos.** Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA (ABETA). **Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil.** Brasília, 2010. 1 CD ROM.

BEHLING, Greici Maia. Refletindo o processo de criação da APA da Lagoa Verde pelo olhar da educação ambiental. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007. Disponível em: <[http://bdtd.furg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=62](http://bdtd.furg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=62)>. Acesso em: 7 out. 2010.

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (org.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: Senac, 1999.

BONILLA, J.; DE CONTO, S. M. Planejamento de um meio de hospedagem ecológico. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 1., 2003, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2003. 1 CD-ROM.

BOTELHO, Daniel Moraes. **A educação ambiental como perspectiva para uma outra viagem turística: revisitando os passos do guia-educador com viajantes na Costa Doce/RS.** 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. **Proecotur.** Programa de Apoio ao Ecoturismo e a Sustentabilidade Ambiental do Turismo. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Resolução CONAMA 1**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 3 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.305** de 02 agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm)> Acesso em: 17 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)>. Acesso em: 20 maio 2009.

BUDEANU, Adriana. Impacts and responsibilities for sustainable tourism: a tour operator's perspective. **Journal of cleaner production**, n.13, p. 89-97, 2005.

CADASTUR. **Cadastro dos prestadores de serviços turísticos**. Agência de turismo. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/swfs/index2.jsp>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

CÂMARA, Michele Galdino. **Estratégia ambiental e agências de viagens e turismo**: um estudo sobre a importância de práticas ambientais na escolha de um pacote turístico. 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <[http://bdtd.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado/tde\\_arquivos/6/TDE-2006-10-03T214445Z-338/Publico/MicheleGC.pdf](http://bdtd.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/6/TDE-2006-10-03T214445Z-338/Publico/MicheleGC.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2009.

DE CONTO, S.M. Notícias online. Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/noticias/1185416906>>. Acesso em: 8 set. 2010.

DE CONTO, S. M.; POSSER, L. Informações de hóspedes de um meio de hospedagem em relação à escolha do destino turístico determinada pela variável ambiental. **Visão e Ação**, Itajaí, v. 7, n. 3, set./dez. 2005.

GONZÁLEZ, Leandro. Agua y turismo: nuevos usos de los recursos hídricos el la Península Ibérica. Enfoque integral. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, La Rioja, v. 37, 2004. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=930138>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

HINTZE, Hélio César. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 57-100, 2009.

PÉREZ-NEBRA, Amália. **Medindo a imagem do destino turístico**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília. Brasília. 2005. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1546/1/Dissertacao\\_Amalia\\_Raquel.PDF](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1546/1/Dissertacao_Amalia_Raquel.PDF)>. Acesso em: 17 out. 2010.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensão do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

\_\_\_\_\_. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 483-494.

\_\_\_\_\_. As múltiplas facetas e implicações da relação turismo e meio ambiente. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 4., 2006. Caxias do Sul: UCS. **Anais...** Caxias do Sul, 2006. 1 CD-ROM.

REJOWSKI, Mirian; PERUSSI, Regina. Trajetória das agências de turismo: apontamentos no mundo e no Brasil. In: BRAGA, Debora Cordeiro (Org.). **Agências de viagens e turismo** - práticas de mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 3-17, v. 1.

RUDZEWICK, Laura. **Ecoturismo em reservas particulares do patrimônio natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros**. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) — UCS: Caxias do Sul, 2006.

SEABRA, Lilia. Monitoramento participativo do turismo desejável: uma proposta metodológica preliminar. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

SONAGLIO, Kerlei. **A transdisciplinaridade no processo em planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação**. 2006. 226f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGEA0266.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2010.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.

VALDÉZ, Jesus Álvarez. **Marketing estratégico e estratégia competitiva de empresas turísticas: um estudo de caso da cadeia turística Sol Meliá**. 2003. 313 f. Tese (Doutorado em Administração) — FEZ/USP, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13102003-081411/>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

VIEIRA FILHO, Néilson; DUARTE, Gabriela; SOUZA, Talita. O impacto do turismo sobre a arte e o artesanato em Tiradentes, Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2006. 1 CD-ROM.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.